

PARECER Nº , DE 2010

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009, do Deputado Leo Alcântara, que “acrescenta parágrafo único ao art. 9º e altera o art. 12, ambos da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994”.

RELATOR: Senador **GILBERTO GOELLNER**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão examina o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 143, de 2009 (nº 1.362, de 2003, na Casa de origem), de autoria do Deputado Leo Alcântara, que *acrescenta parágrafo único ao art. 9º e altera o art. 12, ambos da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994* (Lei dos Notários e Registradores – LRN).

O objetivo da inovação consiste no estabelecimento de mecanismos que vedem a prática de atos notariais e de registro fora da circunscrição territorial pertinente ao tabelionato ou serventia. Nesse sentido, o parágrafo único que se pretende adicionar ao art. 9º da Lei nº 8.935, de 1994, dispõe que o tabelião de notas que praticar atos de seu ofício fora do município para o qual recebeu a delegação *devolverá, em dobro, o valor dos emolumentos recebidos ou devidos para a prática do ato no serviço competente, o que for maior, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no art. 32.*

Já o art. 12 da mesma lei, com a redação que lhe confere o art. 2º da proposição, preceitua que a atuação dos oficiais de registro de imóveis, de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas, civis das pessoas naturais e de interdições e tutelas deve se restringir *ao limite territorial das respectivas*

delegações [aplicando-se-lhes, quando for o caso, a sanção prevista] no parágrafo único do art. 9º.

Na justificação, argumenta-se que é preciso coibir o condenável costume de muitos tabeliães, que se valem de *agentes, prepostos e escreventes, em alguns casos abrindo 'filiais', 'escritórios' e 'postos avançados' de seus tabelionatos em outros municípios, visando a captar clientela e lavrar as escrituras fora de sua competência territorial, [...] ao arrepio da Lei nº 8.935/94* e em prejuízo da boa concorrência.

A matéria será encaminhada, após o pronunciamento desta Comissão, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será apreciada em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-A, inciso III, alínea *b*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), esta Comissão tem competência para opinar sobre o mérito de propostas que visem ao aperfeiçoamento dos instrumentos legislativos reguladores, contratuais e penais referentes aos direitos dos consumidores.

Conquanto a constitucionalidade deva ser objeto de aferição específica por parte da CCJ, adiantamos que a proposição, a nosso juízo, atende aos requisitos formais e materiais de respeito à Constituição, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre registros públicos, a teor do disposto no art. 22, inciso XXV, do Texto Magno, bem como por não ter sido vulnerada cláusula pétrea alguma. Ademais, a medida se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito.

Do mesmo modo, entendemos necessário, no que concerne à técnica legislativa, retificar a ementa do projeto, porquanto o seu texto não enuncia com precisão e clareza o escopo da alteração legislativa pretendida, a despeito de determinação inequívoca da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, reputamos alvissareira a inovação vertida no PLC nº 143, de 2009. De fato, é preciso erigir mecanismos realmente efetivos de repressão à captação de clientes dos serviços de notas e registros fora dos limites territoriais atinentes à delegação cartorária, prática lesiva à segurança dos atos e negócios jurídicos e expressamente vedada pelo art. 9º da Lei nº 8.935, de 1994, de acordo com o qual *o tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação*. Tendo em vista, no entanto, que essa regra, para tornar-se coercível, carece do apoio de norma penal específica, que lhe complemente o vigor normativo (sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas estabelecidas no art. 32 da mesma lei), reputamos louvável a prescrição encartada no parágrafo único que o art. 1º da proposição em exame lhe pretende acrescentar, destinada a obrigar o tabelião a restituir ao cidadão, em dobro, o valor por este pago pela prática do ato notarial indevido.

Parece-nos, com efeito, medida inibitória dotada de enorme eficácia potencial.

De igual modo, e em face do desígnio central da matéria, consistente na delimitação estrita da territorialidade dos serviços de notas e registros, em benefício da lisura da concorrência nesse setor e dos consumidores de seus serviços, merece o nosso apoio a redação conferida pelo art. 2º da proposta ao art. 12 da LRN. Realmente, é indispensável impor aos demais notários e registradores a observância do preceito da territorialidade municipal da delegação, a que estão sujeitos os **tabeliães de notas**, por força do disposto no art. 9º da lei em referência.

Trata-se de evitar a atuação predatória de algumas serventias, que estabelecem *postos avançados* em outras municipalidades e até mesmo em outras comarcas, com o propósito de captar clientela em circunscrição diversa daquela que originou a delegação, atividade considerada ilícita pelo Superior Tribunal de Justiça, que, em voto da lavra do Ministro Menezes Direito, assentou que o notário ou registrador não pode *se deslocar para fora do seu município com o fim de arregimentar serviços*, [porquanto o] *disposto na lei de regência é no sentido de que o tabelião não pode praticar atos fora do município para o qual recebeu delegação. Se pratica, seu ato não tem validade* (RESP nº 682.399-CE).

O projeto em análise, como se vê, além de inegavelmente conforme o interesse público, acha-se escudado pela melhor orientação jurisprudencial.

Forte nessas razões, e considerando se tratar de proposição capaz de impor termo à concorrência desleal promovida por diversos cartórios do País, em notório prejuízo dos cidadãos, das serventias com receitas escassas e, em especial, da segurança jurídica, consideramos que a aprovação do PLC nº 143, de 2009, é medida que se impõe.

III – VOTO

Em vista do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009, com a emenda abaixo apresentada:

EMENDA Nº 1 – CMA

Dê-se à ementa do PLC nº 143, de 2009, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para estabelecer sanção para a prestação do serviço de notas e registros fora do município ou comarca da respectiva delegação.(NR)”.

Sala da Comissão, 23 de março de 2010.

Senador Renato Casagrande, Presidente

Senador Gilberto Goellner, Relator

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR
E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em reunião realizada no dia 23 de março de 2010, aprovou relatório favorável do Senador Gilberto Goellner, que passa a constituir parecer desta Comissão ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009, com a Emenda nº 1-CMA:

EMENDA Nº 1 – CMA (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do PLC nº 143, de 2009, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para estabelecer sanção para a prestação do serviço de notas e registros fora do município ou comarca da respectiva delegação. (NR)”.

Sala da Comissão, em 23 de março de 2010.

Senador **RENATO CASAGRANDE**
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle